

Reunião Ordinária de 15 de janeiro de 2024

**Elaborada para cumprimento do disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 57.º da Lei
75/2013 de 12 de Setembro**

Ata nº. 52

----- Aos quinze dias do mês de janeiro do ano de 2024, reuniu a Câmara Municipal de Lousada, em conformidade com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artº. 40º. do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro:-----

----- PRESENÇAS: -----

----- Presidência da reunião: -----

----- Pedro Daniel Machado Gomes;-----

----- Vereadores presentes: -----

----- Manuel António da Mota Nunes - Vereador em regime de permanência;-----

----- Maria do Céu Vieira Rocha, Vereadora em regime de permanência. -----

----- Carlos Manuel Soares Nunes, Vereador em regime de não permanência. -----

----- Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Vereador em regime de permanência. -----

----- António Augusto dos Reis Silva, Vereador em regime de permanência. -----

----- Secretária: Vânia Gabriela Esteves da Silva, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos. -----

----- HORA DE ABERTURA:-----

----- Eram quinze horas quando, pelo Senhor Presidente, foi aberta a reunião. ---

----- Não esteve presente o Sr. Vereador Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro - Vereador em regime de não permanência, tendo-lhe sido relevada a respetiva falta.-----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Foi aprovada a ata da reunião de 22/12/2023, sendo dispensada a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros do Executivo. -----

12

-----Intervenção dos Membros do Executivo: -----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes questionou:-----

"Gostava de saber se foi esclarecido junto dos Bombeiros Voluntários de Lousada se aquele subsídio para o seguro multicare se era respeitante a 2023 ou se era para 2024?" -----

O Sr. Vereador António Augusto dos Reis Silva referiu: -----

"Foi pedida essa informação, nomeadamente, uma listagem daquilo que foi o uso do seguro, mas ainda não tenho esses dados. -----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes questionou: -----

"Pretendo saber se projeto de eficiência energética da obra da escola Básica da Boavista, no que diz respeito à sala polivalente e que também sabemos que é a sala do refeitório, previa a instalação de radiadores de aquecimento?"

Isto porquê, porque dizem-me que aquele espaço é frio e que os radiadores chegaram a estar lá, mas que não foram instalados e foram levantados. A canalização está lá, passa naquele espaço, tratando-se de uma obra de eficiência energética, efetivamente, naquele espaço justificava-se.-----

Queria relembrar a agenda de visitas para concluir o relatório-"-----

O Sr. Presidente referiu: -----

"Tenho de verificar esse assunto. Na próxima reunião já lhe digo." -----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes prosseguiu: -----

"Tenho ainda mais dois pontos, um tem que ver com um aviso ao Norte 2030 que está aberto para áreas de acolhimento empresarial, que prevê novas áreas, requalificação, ampliação.-----

Não li o aviso todo, mas aquilo que refere é a criação de novas áreas de acolhimento empresarial e na requalificação. Assumi que poderia ser também para novas áreas de acolhimento empresarial. A questão é saber se, efetivamente, o município se vai candidatar."-----

O Sr. Presidente referiu: -----

"Já tínhamos estabelecido negociações com os proprietários dos terrenos confinantes com a área de acolhimento empresarial de Caíde, de modo a ser possível a sua ampliação. Já sabíamos que este aviso ia surgir, mas há dúvidas quanto à elegibilidade. "-----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes observou: -----

"Então a aposta será na ampliação da Área de Acolhimento Empresarial de Caíde de Rei e não mais?" -----

O Sr. Presidente referiu: -----

"Por enquanto é o que temos em cima da mesa. "-----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes prosseguiu: -----

"Queria fazer uma partilha. Para quem acompanha a discussão política e para quem acompanhou também a última Assembleia Municipal a questão do Centro de Saúde do Mezio foi um tema de debate, nomeadamente com a Coligação Acreditar Lousada, na intervenção do Leonel Vieira, a defender a construção de um centro de saúde no perímetro da Vila e um novo centro de saúde área do Mezio. -----

Ouvindo também a intervenção do Senhor Presidente, dizer que é extremamente difícil, e já foi quase que um esticar de corda atingir aqueles quatro

milhões de investimento para a requalificação dos centros de Saúde, prevendo também aqui a construção do centro de saúde do Mezio. Aqui a partilha é apenas um contributo, não que pretenda alimentar polémicas ou discussões políticas, mas seria uma proposta, uma ideia que poderia ficar num equilíbrio intermédio, isto é, é óbvio que o terreno adquirido para o Centro de Saúde do Mezio já está consumado. Essa localização também já está prevista mas, porventura, uma localização que fosse mais próxima do perímetro da Vila e pudesse servir não apenas as necessidades atuais do Centro de Saúde de Lousada, mas também as necessidades futuras, uma vez que se perspetiva um crescimento demográfico na área da Vila e, uma localização que fosse, eventualmente, em Cristelos, mais próxima do perímetro da Vila e que ao mesmo tempo satisfizesse as necessidades, das populações do Mezio, poderia, eventualmente, fazer sentido. Não sei se agora ainda vamos a tempo, creio que sim, creio que esta podia ser uma solução de um equipamento não para hoje mas pensado para amanhã? Era este o contributo que queria dar.”-----

O Sr. Presidente esclareceu o seguinte: -----

“Nós não podemos gerir assuntos de importância crucial, como é este, de uma forma impulsiva, em que hoje é uma coisa e amanhã é outra. Acho essa proposta muito estranha, porque a própria coligação estava de acordo connosco. Aliás, na última campanha eleitoral foram colocados naquele terreno que, entretanto, adquirimos, dois outdoors, um do PS e outro do PSD, a propor a construção de um centro de saúde para dar cobertura àquela área do Mezio. Para nós é essencial a proximidade na prestação dos cuidados de saúde. Parece-nos que aquela área territorial, por si só, tem população mais que suficiente para justificar um serviço de proximidade. E, portanto, o terreno foi comprado nesse pressuposto e com essa estratégia. O aviso que foi publicitado veio no mesmo sentido, de acordo com a definição atempada das prioridades e, portanto, está fora de causa alterar isso, por uma questão de estratégia. E mesmo que nós quiséssemos alterar essa estratégia, que na minha opinião seria errado, não teríamos sequer tempo para o fazer, porque a ideia é encurtarmos prazos, é sermos céleres para conseguir executar o PRR. -----

Relativamente ao centro de saúde aqui do centro, naturalmente, que eu também preferia que houvesse um novo edifício, construído de raiz, e ele até poderá vir a existir, no futuro. Se a nossa tendência de crescimento se mantiver, provavelmente vai ser inevitável daqui a alguns anos um novo edifício. Essa questão foi colocada e ponderada com a Saúde, pois também preferíamos construir um edifício de raiz aqui no centro. Mas para isso ser possível teríamos de abdicar da construção do novo centro de saúde do Mezio. -----

A principal limitação do edifício do centro de saúde de Lousada é a questão da falta de espaço. Naturalmente, tem outras limitações, desde logo em termos de acessibilidades e estacionamento, sabemos disso, mas a principal lacuna é a falta de espaço. Ora, com a construção do novo centro de saúde do Mezio, este problema vai ficar resolvido, porque uma parte substancial das listas passará a ter resposta na nova unidade do Mezio. Confesso que no início esta nossa ideia mereceu algumas reservas por parte do ACE's, porque tinham dúvidas que se conseguisse fazer isto de uma forma pacífica, porque sempre que se mexe com

listas e com os locais de trabalho dos profissionais de saúde é sempre muito difícil. Portanto, havia ali um receio da Direção do ACE's de que não fosse fácil nós motivarmos as equipas médicas e os funcionários para essa necessidade de virem a ocupar outro espaço. Isso foi aceite de uma forma muito pacífica, até com muito agrado por parte desses profissionais, porque sabem o que está em causa, que é um edifício de raiz, com todas as condições e, sobretudo, a preocupação muito grande de prestarmos melhores cuidados, com outras valências, que neste momento não é possível por ausência de espaço. Com a libertação desse espaço no atual Centro de Saúde de Lousada, nós vamos ter condições para ter ali outro tipo de serviços e vamos ter também, no âmbito do PRR, uma verba suficiente para a sua requalificação. Nós fizemos umas contas quando começamos a tratar do projeto e pareceu-nos que aquele valor que estava em cima da mesa ia ser muito escasso para aquilo que é necessário fazer naquele edifício. Esse problema, aliás, foi sinalizado não só no Centro de Saúde de Lousada, mas também no Centro de Saúde de Meinedo e conseguimos um reforço nas dotações para essas duas requalificações. Já foi publicado um segundo aviso, com essa correção. Mas esticamos até ao limite e não temos condições para conseguir mais. No futuro, se se mantiver esta tendência de aumentar a resposta daquilo que são os cuidados de saúde primários com mais valências, com mais serviços, é um desafio que, no futuro, tem de ser superado. Neste momento, parece-nos que esta é a decisão mais acertada. Estou convicto, a cem por cento, de que esta é a melhor solução."

O Sr. Vereador Nelson Ângelo Coelho Oliveira acrescentou: -----

"Há uma questão que é relevante, antes de partirmos com esta ideia, o que nos foi dito foi: O que é que vocês optam? O que é que vocês acham? -----

O que nós decidimos foi um novo edifício no Mezio porque não existe cobertura geográfica na zona. Também foi analisada a proveniência dos utentes inscritos no Centro de Saúde de Lousada Centro. O que nós percebemos é que havia milhares de utentes que eram daquela corda e outros, na senda daquela liberdade que as pessoas têm de escolher o Centro de Saúde que querem, mas havia e há um elevado número de pessoas mais dispersas por todo o território que afluem ao centro. -----

Construindo o Centro de Saúde do Mezio e melhorando as instalações, ampliando o de Meinedo, englobando a USF de Caíde de Rei e de Lustosa que também vai ser ampliado, eu julgo que as pessoas vão ter equipamentos de qualidade naqueles locais e vai esvaziar, de uma forma mais significativa, o centro de Saúde de Lousada Centro. -----

Também me parece bem a construção de um novo centro de saúde aqui no centro, haja no futuro recursos para isso." -----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes adiu: -----

"Eu queria acrescentar, esta intervenção que fiz não retira a proposta da Coligação Acreditar Lousada que sempre defendeu, inclusivamente em programa eleitoral, o Centro de Saúde do Mezio. A intervenção que faço é mais contextual, de acordo com as intervenções políticas recentes tidas na Assembleia Municipal. Obviamente que, havendo recursos para a edificação do novo centro de saúde na área da Vila e outro na área do Mezio, siga por aí. Agora, reconhecendo o contexto da abordagem política de que não há recursos, a intervenção que faço

21?

era uma situação de prever aqui uma perspetiva de futuro de acordo com aquilo que é a evolução demográfica estimada para o perímetro da Vila. E isto aplica-se não apenas à área da saúde, mas também aplica-se à área da educação e outras áreas. Cada vez mais as pessoas procuram serviços de proximidade e o que é certo é que cada vez mais as pessoas estão a ir para a área da Vila em detrimento das nossas freguesias limítrofes. Isso vai-nos colocar aqui, obviamente que podemos incrementar aqui estratégias de tentar fixar as populações nas freguesias mas, a realidade que se apresenta é esta é cada vez mais tendência a densidade colocar-se na área da Vila. -----

E isso vai-se notar, tem-se vindo a notar e vai-se notar cada vez mais, por exemplo, na área da educação. Sim, nós sabemos que estas escolas, no perímetro da Vila já estão lotadas, já atingiram a sua capacidade máxima. As escolas que estão aqui no perímetro da Vila já estão praticamente, enfim, a sua capacidade máxima. Aliás, na visita que fizemos à Escola da Boavista, verificamos que no próximo ano letivo pode-se apresentar um problema com uma turma. E o mesmo, porventura, acontecerá noutras escolas, portanto é esta a realidade que temos do ponto de vista de gestão.” -----

-----ORDEM DO DIA -----

1. DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS

1.1. Informação nº. 545/24 de 09/01 - Recurso à reserva de recrutamento interna, constituída para o procedimento concursal para Assistente Operacional (Ação Educativa), para ocupação de mais 3 postos de trabalho a tempo indeterminado.-----

Analisada a informação em destaque, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade aprovar o recurso à reserva de recrutamento nos termos propostos.-----

2. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

2.1. Resumo diário de tesouraria.-----

A Câmara tomou conhecimento do resumo diário de tesouraria referente ao dia 12/01/2024, que totaliza um saldo 6.692.626,35€.-----

2.2. Informação n.º 24401/23 – Concurso Público para aquisição de serviços de manutenção de licenciamento Microsoft enterprise Agreement e subscrição de software de produtividade 2023-2026, – Relatório Preliminar e Relatório Final.----

O Órgão Executivo, tomou conhecimento do despacho do Sr. Presidente que adjudicou a aquisição em destaque à empresa Claranet II Solutions, SA, pelo valor de 273,214,21€.-----

3. DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA

Relativamente ao ponto seguinte o Sr. Presidente referiu: -----

“O próximo assunto é aquele que ficou pendente na última reunião. Confirma-se aquilo que nós dissemos nessa reunião, identificamos pelo menos 2 ou 3 processos em que os pressupostos eram exatamente os mesmos, atividades que tinham apenas 1 ou 2 trabalhadores, conforme os processos que foram enviados.”

O Sr. Vereador Dr. Nelson Ângelo Coelho Oliveira disse o seguinte: -----

“Eu estive a verificar os processos, um era um café em Sobreira, com um posto de trabalho, outro tinha que ver com a atividade agrícola em Sousela e um outro café.” -----

O Sr. Presidente sugeriu o seguinte: -----

“Face a estes antecedentes e para nós não tomarmos nenhuma decisão que possa ficar inquinada com falta de equidade, igualdade e justiça, proponho que este assunto seja aprovado, sem prejuízo de, no futuro, se no âmbito da revisão do PDM houver alguma norma deste género para as legalizações, podermos ser mais exigentes, mais restritivos.” -----

Não é possível neste momento dizermos quantos processos faltam, porque para isso teríamos de consultar todos os processos. Através da aplicação não temos tipologias diferentes para estas situações. O que dizem os serviços é que é raro aparecer este tipo de situação, pelo que, existindo, serão muito poucos.” -----

O Sr. Vereador Nelson Ângelo Coelho Oliveira acrescentou: -----

“Estive a fazer uma retrospectiva dos processos que vieram à reunião e foram uns 10 ou 15 desde o início do mandato.” -----

Há situações em que os processos dão entrada e são logo barradas pelos serviços porque entendem que não reúnem os pressupostos e não correspondem às exigências referidas no artigo 83.º.” -----

O Sr. Vereador Carlos Manel Soares Nunes insistiu: -----

“A questão que se coloca é aquilo que já disse na reunião passada, é perceber se existiam mais situações que tivessem dado entrada no Município para ponderarmos. É obvio que não vamos corrigir o que está para atrás, mas chega a um ponto que temos de fazer regra daquilo que queremos para a frente. O espírito do Artigo 83.º do PDML não é para responder a estas situações.” -----

Eu, nesta questão, honestamente, e foi aquilo que disse na reunião passada, não me sinto confortável a votar favoravelmente, por isso, mantenho a posição, voto contra!” -----

O Sr. Presidente referiu o seguinte: -----

"Nós votamos a favor, justamente pelos antecedentes, pelo facto de existir casos concretos com os mesmos pressupostos em que o Município reconheceu existir interesse público. Portanto, o que está aqui em causa é apenas o facto de os postos de trabalho serem apenas dois, mas, apesar disso, na nossa opinião, não deixa de existir um interesse público na manutenção destes postos de trabalho. Foi isso que esta Câmara decidiu em casos semelhantes. -----

Exigir critérios mais exigentes nesta fase seria uma violação dos princípios da igualdade, da justiça e equidade. -----

Mas, futuramente, se vier a existir uma norma deste género na próxima revisão do PDM, a Câmara terá a possibilidade de definir critérios mais exigentes." -----

3.1. PROC. N.º 987/22 - Pedido de reconhecimento do interesse público municipal da atividade em causa - Oficina de manutenção e reparação automóvel, no âmbito da aplicação do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 83.º do PDML.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por maioria, aprovar o pedido de reconhecimento do interesse publico da atividade em destaque.-----

Votou contra o Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes.-----

4.1. Registo n.º 2024, DOMA, I, G, 632 - Águas Pluviais - Tabela preços.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a tabela de preços nos termos apresentados.-----

4.2. Registo n.º 2023, DOMA, I, G, 24398 - Fecho de redes de águas residuais em diversos aglomerados" - Minutas de autorizações de constituição de servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo a celebrar entre:-----

- Município de Lousada e MRTR; -----

- Município de Lousada, o AJSC e MECM.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar as minutas de constituição do direito de superfície nos termos referidos.-----

4.3. Registo n.º 2024, DOMA, I, G, 318 - Beneficiação da Av. de Paços (EN 207-2), Torno - Execução de drenagem de águas pluviais e pavimentação de passeios - Minuta do protocolo de acordo de cedência gratuita de terreno a celebrar entre o Município de Lousada, e APBBE e NACC.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar as minutas do protocolo nos termos referidos.-----

4.4. Registo n.º 2024, DOMA, I, G, 392 – Construção da Casa Mortuária de Alvarenga – Proposta de atribuição de subsídio no valor de 64.000,00 € à União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio nos termos propostos.-----

4.5. Registo n.º 2023, DOMA, I, G, 24303 – Associação Recreativa de Nogueira – Proposta de fornecimento de materiais no valor de 698,64 € (c/IVA), para dar continuidade às obras de reparação de cobertura da Sede da Associação e melhoramento da vedação do recinto desportivo.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar o fornecimento de materiais nos termos propostos.-----

O Sr. Presidente referiu o seguinte: -----

"Neste programa a única novidade é a questão do serviço médico veterinário, porque no ano passado o nosso apolo só previa a esterilização. Entretanto, o Município também foi contemplado com um financiamento por parte do ICNF para os dois efeitos, daí estarmos agora a lançar este novo apolo. É uma caixa de Pandora que se abre, mas é tendência dos tempos modernos." -----

4.6. Registo n.º 2023, DOMA, I, G, 24748 – Proposta de Contrato de Parceria com as Associações "Lousada Animal" e "O Cantinho da Zé".-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar o proposto.-----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes solicitou o seguinte: -----

"Eu só queria que explicasse como é que funciona este programa. Tem a parte do apoio para a esterilização e a parte de apoio para médico veterinário. Sendo eu proprietário de um canídeo ou gatídeo como posso aceder este programa?" -

O Sr. Vereador António Augusto dos Reis Silva explicou o seguinte: -----

"Este programa é para famílias carenciadas, tem de obedecer ao regulamento da Ação Social que está aprovado. Tem de ser elegível, depois disso, no caso da esterilização, leva o animal ao canil e o médico veterinário vai identificar o animal, porque se não tiver um identificador, se não tiver um chip vai ter que ser registado aí é passado um voucher no valor estimado daquilo que é o tratamento, no valor máximo de 500,00€, por animal e episódio." -----

Temos um procedimento anual para estas situações." -----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes questionou: -----

"Quem é o médico veterinário contratualizado pelo Município para estas situações?" -----

O Sr. Vereador António Augusto dos Reis Silva disse: -----

"No ano passado era uma clínica em Boim. Este ano não sei se o procedimento de contratação já está concluído." -----

4.7. Registo n.º 2024, DOMA, I, G, 646 – Proposta de Implementação do Programa de Promoção da Esterilização de animais de companhia, bem como serviço médico-veterinário destinado a famílias carenciadas do Município.

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a proposta nos termos redigidos.-----

Em relação ao ponto seguinte o Sr. Presidente esclareceu o seguinte: -----

"Nós temos um terreno atrás do aqueduto de Nevogilde e esta Entidade que tem licenciada uma unidade de produção de energia solar no concelho de Paredes, vai encaminhar essa energia produzida para a subestação de Lousada da E-redes. E para isso, tem de passar algures por Nevogilde, estando previsto que a linha passe sobre um terreno do Município. Nós aproveitamos para de algum modo sermos compensados pelo impacto visual que aquela infraestrutura tem, portanto, há aqui uma indemnização que, não fora essa circunstância, seria um exagero. A nossa ideia é aplicar esta indemnização na aquisição dos terrenos envolventes ao aqueduto, até porque a requalificação do aqueduto é um dos projetos que nós queremos avançar de imediato e tínhamos, e ainda temos, o problema da legitimidade para essa intervenção. O anterior executivo da Junta de Freguesia conseguiu um contrato de comodato com a Casa de Lagoas, mas, de acordo com os nossos serviços jurídicos, para o investimento que está previsto e que ronda meio milhão de euros, há um problema da legitimidade. Se adquirirmos os terrenos onde está construído o aqueduto resolvemos esse problema." -----

O Sr. Vereador Manuel António da Mota Nunes acrescentou: -----

"O projeto identificou uma série de problemas. O aqueduto tem de ser todo desmontado. Ele está escorado, não cai, mas houve cedências ao longo do tempo, é uma zona de solos muito instáveis e as cheias constantes tornaram-no mais instável. Já teve algumas intervenções no passado, não correu muito bem e acabou por desestabilizar." -----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes referiu: -----

"Neste ponto só me chamou a atenção um aspeto e imagino que tenha sido ponderado. O que imagino que tenha sido ponderado é a possibilidade de se enterrar a linha junto ao aqueduto, precisamente naquele trajeto." -----

O Sr. Presidente acrescentou: -----

"Essa foi a nossa proposta. Queríamos que fosse tudo enterrado, pelo menos até à encosta da Quinta da Tapada, mas foram identificadas imensas dificuldades técnicas, desde logo, o aumento da distância da linha que implicaria uma perda de eficiência, mas também a impossibilidade da travessia da ponte. -----

A empresa esteve disponível para ver connosco soluções alternativas, apesar desta linha já estar aprovada pela Direção-Geral de Energia e de a empresa já ter conseguido chegar a acordo com 90% dos proprietários. -----

Depois dessa análise conjunta e perante as dificuldades técnicas, chegámos a esta solução de compromisso." -----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes disse ainda: -----

"Aquilo que se percebe é que há uma parte em que a linha vai ser enterrada, por um lado, é óbvio que olhando para o valor da indemnização de 150 000,00€,

até parece muito, mas o investimento da empresa, caso a linha tivesse de ser enterrada, seria claramente insuficiente enterrar a linha por 150 000,00€ naquela extensão. Admitimos isso, acho que é consensual. Percebe-se o porquê da empresa também poder indemnizar o município em 150 000,00€, por um lado.-----

Depois, o que me chamou à atenção é nas contrapartidas do protocolo ficar o Município com o encargo da limpeza e manutenção.” -----

O Sr. Vereador Manuel António da Mota Nunes explicou: -----

“Fomos nós que quisemos, por uma razão muito óbvia. O que acontece é que a REN faz a manutenção das faixas de combustível das linhas de média tensão e quando faz essa manutenção, geralmente são 10, 12, 15 metros para cada lado, depende das situações. E fazem cortes rasos, sem contemplações. Nós tivemos imensos problemas há uns anos atrás e isso foi um problema, nós tivemos muitas complicações para gerir. A única forma de obstar a que isso aconteça, de evitar os cortes rasos, é quando o proprietário se impõe no sentido de ser ele a fazer a manutenção do arvoredo quando há árvores de médio porte e grande porte e não a empresa. Eles não fazem podas, fazem cortes, e neste caso, o que acontece é que há um terreno instalado com zona arbórea muito grande, que serve de parque e é usado e que implicaria, no limite, se isto acontecesse de forma não controlada era simplesmente o abate das árvores. Para evitar essa situação e porque já temos um procedimento de contratação para a gestão das faixas de combustível, quer nas estradas, quer nos nossos terrenos, vamos acrescentar este valor e faremos nós a gestão, sob o compromisso de, sempre que necessário, fazermos a poda e não o abate. A diferença é esta.” -----

O Sr. Presidente acrescentou ainda: -----

“Deste modo salvaguardamos o uso que pretendemos dar ao prédio” -----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes questionou ainda: -----

“E não era possível, em sede de protocolo, prever precisamente essa manutenção da faixa de acordo com o regulamento municipal?” -----

O Sr. Vereador Manuel António da Mota Nunes respondeu: -----

“Em teoria era possível, aliás, o Senhor Presidente propôs isso numa primeira versão. Mas tinha um risco muito grande, porque quando chegam os avisos já é tarde. Normalmente o que é que fazem, contratam empresas e como sabe, trabalham ao m2 e quando nos ligam já é tarde. Acredite, é a única forma de evitar que se destrua a mancha arbórea.” -----

4.8. Registo n.º 2024, DOMA, I, G, 681 – “Infraestrutura Territorial para RESP” – Proposta de acordo para utilização de terreno.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a proposta nos termos redigidos.-----

5. DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONOMICAS E TURISMO

5.1. Registo nº. 2023,DASJT,I,G,20319 - Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Prémio de Investigação Académico na área das Ciências da Saúde - "Prémio Dr. Mário Fonseca" - Proposta de submissão do Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Prémio de Investigação Académico na área das Ciências da Saúde - "Prémio Dr. Mário Fonseca" à aprovação da Assembleia Municipal.-----

Analizado o documento em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade remeter o regulamento em destaque a aprovação da Assembleia Municipal.-----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes referiu:-----

"É um ato administrativo e, portanto, obviamente que sou naturalmente a favor que o ato administrativo tenha o seu caminho. -----

Sou favorável que o assunto seja remetido à assembleia, indexado às minhas declarações da reunião de 30/10/2023." -----

5.2. Registo nº. 2024,DASJT,I,G,682 - Projeto de Regulamento Municipal de Apoio aos Jovens na Aquisição e Edificação de Habitação Própria e Permanente - Proposta de aprovação do procedimento administrativo inicial de elaboração do referido Regulamento.-----

Analizado o documento em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade dar inicio ao procedimento em destaque.-----

5.3. Registo nº. 2024,DASJT,I,G,693 - Projeto de Regulamento Municipal de Benefícios Fiscais para o Turismo - Proposta de aprovação do procedimento administrativo inicial de elaboração do referido Regulamento.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, dar inicio ao procedimento em destaque.-----

6. DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, PATRIMÓNIO, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

6.1. Registo n.º 2023,DCPCE,I,G,505 - Proposta para a atribuição de um prémio de participação de 160,00€ por cada grupo (associações ou entidades legalmente constituídas) presente no cortejo do Desfile de Carnaval 2024, a decorrer no dia 13 de fevereiro.-----

Analizada a proposta em apreço deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprová-la nos termos propostos.-----

6.2. Registo n.º 2023,DCPCE,I,G,506 – Proposta para a atribuição de um prémio no valor de 80,00€ a cada grupo participante nos encontros de cantadores de Janeiras promovido por este Município.-----

Analizada a proposta em apreço deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprová-la nos termos propostos. -----

6.3. Registo n.º 2023,DASJT,I,G,24690 e n.º 2023,DASJT,I,G,24771 – Indeferimento do pedido de alteração do escalão do subsídio escolar dos alunos que constam nas informações da DASJT n.º24690/23 e 24771/23, uma vez que, mediante parecer social não estão reunidos os critérios para apoio económico.-----

Analizada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo, por maioria, aprovar o indeferimentos dos pedidos de alteração do escalão os dos termos aí fundamentados -----

Absteve-se o Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes.-----

6.4. Registo n.º 2023,DCPCE,I,G,24367 – Proposta para a atribuição de prémios monetários a todos os estabelecimentos de educação e ensino, públicos e privados, que participem no Desfile Escolar de Carnaval.-----

Analizada a proposta em apreço deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprová-la nos termos propostos. -----

6.5. Registo n.º 2024,DCPCE,I,G,566 – Proposta para atribuição um subsídio, no valor de 5.306,80€, a várias Associações de Pais, destinado a custear despesas com fotocópias (AEC'S).-----

Analizada a proposta em apreço deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprová-la nos termos propostos. -----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes questionou: -----

"A base de calculo é indexada ao número de alunos? O Agrupamento Dr. Mário Fonseca é o que tem mais alunos, atualmente?" -----

O Sr. Vereador António Augusto dos Reis Silva referiu: -----

"Sim. Estamos a falar das EBI´s." -----

6.6. Registo n.º 2023,DCPCE,I,G, 544 – Proposta para aprovação das minutas dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com o Caíde de Rei Sport Clube, ASDAT – Associação School Dance Artes & Talentos, Centro Cultural Recreativo Desportivo "Águias de Figueiras", e Associação de Ténis do Porto, bem como a Adenda ao Contrato-Programa com a Associação de Hóquei de Lousada e à Associação Cultural Recreativa e Desportiva "Aqui Del Rei".-----

Analizada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar as minutas dos contratos-programa, bem como a sua celebração.-----

6.7. Registo n.º 2023,DCPCE,I,G,625 - Proposta para atribuição de um subsídio ao Clube Motard de Figueiras, no valor de 6.500,00€ destinado a apoiar as provas nacionais de motociclismo, a ser pago, metade em março e metade em julho.-----

Analizada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprová-la nos termos propostos. -----

6.8. Registo n.º 2023,DCPCE,I,G, - Proposta para aprovação das minutas dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com Futebol Clube de Romariz e a Associação Desportiva e Cultural de Figueiras.-----

Analizada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar as minutas dos contratos-programa, bem como a sua celebração.-----

6.9. Registo n.º 2023,DCPCE,I,G,518 – Proposta para a atribuição de um subsídio no valor de 54.000,00€, pago em 11 tranches iguais até ao dia 22 de cada mês, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lousada.-----

Analizada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprová-la nos termos propostos. -----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes referiu: -----

"Sobre este valor, creio que é o mesmo valor do ano passado.-----

Depois também chamar a atenção pelo facto de ser processado em 11 tranches. Qual é a dificuldade que tem em estabelecer-se 12 tranches no apolo?

O Sr. Presidente disse o seguinte: -----

"Tem que ver com a aprovação ser mais tardia, nesta reunião. Podia ter sido mais cedo, dividida em 12 prestações, mais isso não costuma ser um problema para os Bombeiros." -----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes acrescentou: -----

"Imagino que não! O que é certo é que o mês de Janeiro não tem qualquer tranche de apoio, pode acrescentar um problema de tesouraria aos bombeiros. --

Deixo uma sugestão, na medida do possível, estamos a falar de uma instituição extremamente relevante no nosso Concelho e uma vez que este valor é o mesmo do ano passado, creio que já é o mesmo valor há alguns anos. Numa perspetiva de futuro devemos indexar um aumento do valor, pelo menos, no valor da inflação." -----

O Sr. Presidente referiu o seguinte: -----

"Sim, justifica-se um acerto, mas nós não o fizemos ainda, porque está em aberto uma posição uniforme ao nível da CIM, para tentarmos que os 11 municípios padronizem, na medida do possível, o apoio às Associações Humanitárias de

Bombeiros e aos próprios bombeiros. Nós, na penúltima reunião da CIM, que decorreu em Baião, nas instalações do Comando Sub-regional, recebemos um grupo de Presidentes de Associações Humanitárias, de Lousada, Marco de Canaveses, Vila Meã e Santa Marinha do Zêzere e também o Presidente da Federação do Distrito do Porto dos Bombeiros, em que basicamente fizeram um trabalho comparativo relativamente àquilo que é a diversidade de apoios que os municípios dão, o que às vezes causa alguns problemas, porque há bombeiros que estão ao serviço numa corporação, mas vivem no Concelho ao lado e, portanto, no fundo fomos sensibilizados para fazermos esse trabalho de ver se é possível aproximar e estabelecer um padrão de apoio, para acabar com a disparidade não só relativamente aos montantes, mas relativamente ao tipo de apoio que os municípios concedem. -----

Depois desse trabalho faremos os ajustes que forem considerados adequados.”

APROVAÇÃO EM MINUTA DA ATA DA REUNIÃO: Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta no final da reunião, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa, nos termos do nº. 3 e para efeitos do nº. 4 do artº. 57º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro. -----

HORA DE ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, eram dezasseis horas e quarenta e cinco minutos quando o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião. -----

E eu, Vânia Gabriela Esteves da Silva, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, elaborei a presente ata, que também assino, de acordo com o nº. 2 do Artº. 57º. do Anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12/09.-----

O Presidente da Câmara:

Pedro Daniel Machado Gomes



A Chefe da DARH:

Vânia Gabriela Esteves da Silva

